



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

POSSÍVEIS CAMINHOS NA PESQUISA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ORALIDADE E MEMÓRIA

Edileusa Santos Oliveira*
(UESB)

Célio Augusto de Oliveira**
(UESB)

RESUMO

A Instituição Escolar - seus sujeitos, sua prática e sua imagem - constituem um marco histórico para a região do seu surgimento. Contudo, a história de muitas delas sucumbem à falta de um registro científico das memórias acerca do seu passado. Esta lacuna pode ser preenchida com uma pesquisa, cujos métodos e abordagens permitam o estudo dos “lugares de memória”, que preservam informações sobre este passado. A História Oral dá acesso a esses relatos de lembranças e sinais de esquecimentos. Mas, nos expõe às potencialidades e riscos do uso de narrativas como fonte de pesquisa. Portanto, é prudente compreender as convergências e divergências entre texto\testemunho e ficção. No intento de contribuir para este debate propomos um diálogo entre os temas: narrativa e oralidade, cruzando-os com a concepção de memória presente na categoria “lugares de memória”.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade; Memória; Instituição escolar.

INTRODUÇÃO

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: leu_vc@yahoo.com.br.

**Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Cultura Social. Universidade Estadual Paulista – UNESP/SP. E-mail: celiofrancasophia@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A Instituição Escolar mais antiga ou mais significativa de uma cidade - a maneira como era conhecida pelos seus contemporâneos dos primeiros anos de funcionamento; as pessoas que estiveram vinculadas a ela, direta ou indiretamente; as referências aos seus eventos; o ano e o contexto histórico da sua fundação; as suas possíveis contribuições... Todas as dimensões que envolvem a trajetória e a imagem de uma Instituição Escolar constituem um marco histórico para a região onde ela surgiu.

A história educacional se compõe, muitas vezes, das figuras que se destacam por determinado feito ou “desfeito” (fundadores, primeiros educadores e diretores, ex-alunos, escritores, artistas, profissionais liberais, políticos, professores), e por isso permanecem imortalizadas pelos muitos relatos que retratam o *glamour* ou os “infortúnios” envolvendo suas imagens. Outras vezes, esta história é composta pelos reflexos que a instituição lança sobre a sociedade em que está inserida (promovendo, contribuindo ou direcionando seu desenvolvimento). Ainda, num movimento inverso, é composta, principalmente, pelas múltiplas determinações de natureza econômica, social, cultural, que caracterizam determinada sociedade e, conseqüentemente, as relações que se estabelecem no seu interior. Todos esses processos podem, portanto, estar presentes na memória.

Não discutimos aqui se tais interferências recíprocas são positivas ou negativas. Mas, reconhecendo que tais interferências existem, o pesquisador da educação poderá analisá-las crítica e dialeticamente, desde que tenha acesso às fontes adequadas.

Numa discussão sobre a memória e a história da Instituição Escolar, ainda que se pretenda abordar uma dentre tantas possibilidades metodológicas de pesquisa, é imprescindível esclarecer a partir de onde estamos falando, quando usamos as categorias “memória” e “instituição”.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O conceito de memória foi entendido aqui, segundo definições de Maurice Halbwachs e de Pierre Nora, que falam, respectivamente, de “memória coletiva” e “lugares de memória”. O sociólogo Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Charles, no início do século XX estabeleceram as bases teóricas que discordavam da separação entre memória e sociedade. A memória, para esses autores, é tida como uma construção social, pois, uma vez que os indivíduos não são seres isolados, ela não pode ser unicamente pessoal. Nesse pensamento, são considerados os aspectos relativos à estrutura e às interações sociais. Halbwachs (2006) prioriza o social ao afirmar que a memória é coletiva, pois resulta de representações construídas no presente, para unir a sociedade de forma coerente. Então, os indivíduos se recordam de acordo com estruturas sociais que os antecedem, o que ele chamou de quadros sociais.

O historiador Pierre Nora (1993) compreende a memória marcando um distanciamento entre este fenômeno e a História. Para ele, a História está presente onde a tradição foi suplantada pela modernização. Quando não vivenciamos a memória só nos resta os “lugares de memória”²⁷³, refúgios para os indícios, as marcas, os sinais do que se passou. Os “lugares de memória” são espaços físicos, mentais, imaginários, e permitem uma “re-visão” da memória, pois, através do que neles está contido, nos é possível apreciar o que é lembrado ou esquecido em relação ao passado.

Quando tratamos de Instituição Escolar, neste texto, estamos referendados em Dermeval Saviani (2007, p.3-4), que apresenta a palavra “Instituição”, explicando que ela deriva do latim *institutio, onis*, e é um vocábulo que apresenta uma variação de significados: “a) disposição; plano; arranjo. b) instrução; ensino; educação. c)

²⁷³Os “lugares de memória” são espaços onde a memória se cristaliza e se refugia: arquivos, museus, bibliotecas, galerias de arte... Segundo Pierre Nora “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

criação; formação. d) método; sistema; escola; seita; doutrina”. Para o autor, segundo as várias acepções do termo, a própria idéia de educação já estaria contida no conceito de instituição.

A instituição apresenta estrutura material constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Uma necessidade de caráter permanente – uma instituição é criada para permanecer. Mas, por serem históricas, como todos os produtos humanos, são também transitórias. Sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não pelo tempo cronológico ou psicológico (SAVIANI, 2007).

A educação é uma prática social que se desenvolve nas sociedades humanas, inicialmente de forma espontânea, inintencional e informal, de maneira indiferenciada em relação às demais práticas sociais. A sua institucionalização dá origem às instituições educativas – uma atividade de tipo secundário, derivada da educação de tipo primário.

A instituição é uma unidade de ação, um sistema de práxis, reconstruir sua história é considerar suas práticas e teorias. Para o autor, reconstruir a história das instituições escolares inicia-se por admitir a existência dessas instituições, com o seu caráter durável e com sua história, marcada por uma práxis (SAVIANI, 2007).

Contudo, a história de muitas Instituições Escolares, relevantes em determinados contextos históricos, sucumbem à falta de um registro científico das narrativas de memórias acerca de fatos que envolveram seu passado. Esta lacuna, evidente na história educacional de muitas regiões, pode ser preenchida com a pesquisa histórica, através de métodos e abordagens que permitam compreender as diferentes visões sobre a Instituição; as suas concepções e práticas pedagógicas; as múltiplas determinações sobre a sua práxis pedagógica; as possíveis contribuições para a Educação e a história geral da região onde está ou esteve inserida.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O estudo da trajetória de intelectuais ou instituições brasileiras que exerceram papel relevante, nacionalmente ou em determinada região, trabalhando o seu ideário, articulando seu pensamento e sua ação em trajetórias individuais ou coletivas, por meio de sua memória, permite a reconstituição de contextos históricos mais amplos. Trata-se categoricamente de uma postura teórico-metodológica que pode ser inspirada na História Oral.

Partindo em busca dos “lugares de memória”, que falam sobre a Instituição estudada, é possível encontrarmos fontes documentais oficiais escritas e novas fontes, cujas informações permitam um olhar para os processos individuais e coletivos, objetivos e subjetivos. O prédio onde funcionou; as fotografias e jornais que trazem registros sobre ela; relatos orais de memória; correspondências; arquivos públicos e particulares; encontros informais entre alguns dos ex-alunos para partilhar lembranças; os documentos ainda não revelados..., são os “lugares de memória”, descritos por Pierre Nora, que asseguram que algumas experiências passadas sejam conhecidas (NORA, 1993).

Muitos desses documentos são alcançados por intermédio da História Oral, afinal, as visões sociais de uma comunidade podem ser expressas através dos relatos de homens e mulheres (POLLAK, 1992 e LE GOFF, 1996). Júlio Aróstegui (2006) compreende a “história oral” como uma atividade historiográfica composta por duas vertentes: primeira, “um acesso ao histórico”, ou seja, ela é fonte e método²⁷⁴ de

274 Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1996), defensoras da história oral com metodologia, explicam que a história oral como técnica concentra a atenção em temas como organização de acervos, realização de entrevistas etc. Relevantes, mas, aquém das possibilidades da história oral. Como disciplina, a história oral tem dois caminhos problemáticos: esquecimento das questões exclusivas da teoria ou busca de respostas para elas apenas no âmbito da história oral. O resultado são trabalhos com conclusões óbvias, porque colados nos textos das entrevistas, sem elaboração teórica ou problematizações. Trabalhos sem explicações teórico-metodológicas, pontilhados de referências rápidas à “seletividade da memória”, nada revelando. Elas explicam que a história oral, como todas as metodologias, estabelece e ordena procedimentos de trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática. Enunciar perguntas, mas não dispõe de instrumentos capazes de compreender os comportamentos descritos. A teoria da história, sim, é capaz de



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

trabalho, que elabora um discurso histórico idêntico ao feito com outras fontes e métodos²⁷⁵. Segundo, “uma setorialização historiográfica”, como especialidades temáticas e cronológicas.

Os estudiosos da “história oral” destacaram que sua temática e orientação, penetraram em âmbitos da realidade social que a historiografia acadêmica convencional deixou desatendidos: grupos marginais ou em vias de desaparecimento, discriminados, submetidos, analfabetos²⁷⁶... Para Aróstegui, a “história oral” é a encarnação completa do que Eric Hobsbawn (1998) chamou a “história vista de baixo” Embora saibamos que ela pode servir, diversamente, a interesses da história oficial, política e diplomática, quando utiliza-se de narrativas para imortalizar sujeitos e acontecimentos tidos como heróicos.

Visto que para ter acesso às representações, aos relatos de lembranças, aos sinais de esquecimentos das pessoas contemporâneas ao objeto investigado, o pesquisador deverá recorrer às suas narrativas, ele encontra-se diante da iminência do uso da narrativa como fonte de pesquisa para um trabalho científico.

Considerando as potencialidades e os riscos desta empreitada, e a fim sustentar seu trabalho em bases cientificamente confiáveis, convém ao pesquisador, que optar pelo uso da História Oral como percurso metodológico, compreender as convergências e divergências entre texto\testemunho e ficção.

No intento de contribuir para esta compreensão, e cientes de não esgotarmos o assunto, traçaremos um diálogo entre as obras de dois importantes autores,

fazê-lo, pois se dedica a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos.

²⁷⁵Nesse sentido a história oral seria uma técnica qualitativa praticada com um certo tipo de fontes, as orais (ARÓSTEGUI, 2006).

²⁷⁶“O problema crítico e técnico da fonte construída sobre declaração oral reside na dificuldade de sua objetividade, sua exaustividade, sua transcrição correta, a dinâmica específica que se estabelece entre entrevistador e entrevistado, a complementaridade com outras fontes, etc.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 534).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Benedito Nunes²⁷⁷ e Paul Thompson²⁷⁸, que tratam respectivamente dos temas: tempo/narrativa e oralidade.

Em seu livro *O tempo na narrativa*, Benedito Nunes (2003) faz uma "viagem no tempo". Não no tempo enquanto fenômeno, revivendo acontecimentos que se passaram ou que estão por vir, mas no tempo enquanto conceito e categoria. Assim, o autor nos mostra a 'variedade de tempos', sobretudo sua importância na narrativa.

Sua obra já se inicia com um paradoxo, o qual enfrentaremos durante todo o percurso da leitura: 'a narrativa precisa do tempo e este depende dela'. Além desse paradoxo inicial, ainda há outro que interessa mais ao presente estudo, trata-se do paradoxo entre 'narrativa histórica e narrativa ficcional'. Cabe inicialmente ressaltar que esta obra trata da narrativa no seu sentido amplo, admitido contemporaneamente, que engloba o mito, a lenda, o caso, o conto, a novela, o romance, os relatos orais, as biografias, as memórias, as reportagens, as crônicas e a historiografia. Portanto, são narrativas, também, as modalidades escritas sobre eventos e seres reais, não incluídos na ficção.

A história, enquanto ciência factual, é oposta à ficção, posto que a primeira se sustenta em documentos, ao passo que a segunda tem como sustento a imaginação. Concordando com essa diferenciação, como poderemos considerar as informações obtidas nos relatos de memórias, colhidos por meio da aplicação empírica dos recursos da história oral? Podemos considerar as narrativas de memória presentes nas entrevistas - feitas aos sujeitos cuja memória é vista como fonte primária - enquanto narrativas históricas, documentos\fontes de pesquisa?

277Benedito Nunes é um filósofo e escritor brasileiro. Foi professor titular de Filosofia na Universidade Federal do Pará. Ensinou literatura e filosofia em outras universidades do Brasil, da França e dos Estados Unidos.

278Paul Thompson é especialista na arte de escutar. Ele é professor de história oral na Universidade de Essex, na Inglaterra, e pesquisa o tema há mais de 20 anos; fundou e dirige o Arquivo Nacional de História de Vida da Biblioteca Britânica e é consultor da BBC, em Londres.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Paul Thompson (1992), em seu livro *A voz do passado*, apresentou um aprofundado estudo sobre a história oral - sua história, sua prática e sua relevância, enquanto técnica multidisciplinar de pesquisa, principalmente no estudo de memórias. Ele afirma que a história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Sendo assim, qualquer um de nós é uma personagem histórica.

O uso difundido da expressão "história oral" é novo, mas história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história. O método de Heródoto, no século V a.C., por exemplo, "era procurar testemunhas oculares e interrogá-las rigorosa e minuciosamente" (THOMPSON, 1992, p.52). No século III de nossa era, Luciano aconselha os que tinham pretensões a historiador a buscarem os motivos de seus informantes; Herodiano cita muitas de suas fontes para indicar a ordem em que as classifica - autoridade em coisas antigas, informações palacianas, cartas, atas do Senado e outras testemunhas.

Porém, pouco antes desse século o enfoque da história era político e não havia qualquer interesse pelo ponto de vista do trabalhador. Thompson (1992, p.23) diz que os documentos - matéria-prima a partir da qual a história era escrita, haviam sido preservados ou destruídos por pessoas que tinham as mesmas prioridades - "quanto mais o documento fosse pessoal e não-oficial menos chances ele tinha de continuar existindo".

Atualmente, o método da história oral é utilizado por muitos estudiosos, principalmente sociólogos e antropólogos, que não se consideram historiadores orais. Na história da educação, sociólogos contribuem de maneira significativa, muitas das suas pesquisas têm por base entrevistas de histórias de vida (THOMPSON, 1992).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Portanto, a utilização de entrevistas²⁷⁹ como fonte, por historiadores profissionais, vem de longe e é compatível com os padrões acadêmicos.

Mesmo reconhecendo a entrevista (narrativas de memórias) como “uma forma de discurso”, não devemos esquecer que ela também é um testemunho. Como todo testemunho, contém afirmações que podem ser avaliadas. Mesclam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana, como explica Thompson. Devemos ressaltar, contudo, que assim como os documentos oficiais, oferecidos pelas fontes oficiais, são passíveis de questionamento, assim também ocorre com todos os documentos históricos oferecidos por novas fontes, a exemplo dos relatos escritos e orais. Sobre a fidedignidade da evidência oral trataremos mais tarde.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão.

Ao se indagar sobre “quão fidedigna é a evidência oral?”, Thompson respondeu que o historiador, ao examinar suas fontes, tenta assegurar-se de que o documento é autêntico, se perguntado sobre sua origem (como passou a existir, quem fez, qual o objetivo...). Segundo o autor, tais perguntas podem ser respondidas com mais confiabilidade em relação à evidência oral, também submetida ao exame de evidências: consistência interna, confirmação em outras fontes e alerta quanto ao viés potencial.

²⁷⁹Teresa Maria Frota Haguette (1987), ao discutir as metodologias qualitativas adequadas ao tratamento de conteúdos de natureza subjetiva, traça uma diferença entre história oral, história de vida e entrevista. A história oral, enquanto instrumento de coleta de dados e técnica de produção de documentos históricos, trata basicamente de fatos do passado, baseia-se no depoimento pessoal e na memória, expostos em forma de narrativa - diferentemente da história de vida e da entrevista.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Retornando à contribuição de Benedito Nunes (2003, p.42), ainda ao diferenciar a narrativa histórica da narrativa ficcional, que tem como divisor os documentos, o autor explica que "os enunciados explicativos da história se aplicam à trama dos acontecimentos empiricamente validados como verdadeiros". Portanto, não necessariamente comprovados cientificamente, sendo, assim, referências e representações do vivenciado; mais ainda, a distância dos fatos históricos em relação ao presente é assinalada pelo fato de serem narrados, porém estando a história sujeita ao critério de verdade, é exigido o comentário e o discurso, que são locuções opostas à da narrativa. Conclui o autor explicando que "o pretérito da narrativa histórica só indica o passado quando os fatos respectivos forem verdadeiros".

A polêmica em relação ao tempo, presente no trabalho de Nunes, comparece neste momento da discussão que trata do passado, que na narrativa histórica se refere ao "passado real", como nos explica o autor, "firmado num cálculo cronológico", ao passo que na ficção o pretérito assinala apenas que há uma narrativa.

Usando como exemplo a análise do romance de Umberto Eco (1983), *O nome da rosa*, obra cuja estrutura repousa numa armação temporal histórica e traz os fatos do passado, de conhecimento público, intercalados com elementos e mecanismos da ficção, Nunes abordou essa ambivalência entre verdade empírica e ficção (NUNES, 2003). A obra mescla realidade histórica e ficção: são relatos de fatos reais feitos em discurso indireto livre, que permite ao autor falar da subjetividade do eu fictício, o que não se admiti na narrativa histórica.

Com esse exemplo, compreendemos que a distinção entre a verdade histórica e o fingimento da ficção é marcada por uma barreira maleável e tênue. Mesmo porque, os fatos passados só se transformam em História através da narrativa, e esta é uma seleção com fins de reconstrução e nunca um resgate da realidade em si. No



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

exercício de escrita da História, o real e a ficção podem se cruzar sem que nos apercebamos disso.

Vimos que o campo empírico do historiador é fortemente marcado pela evidência da oralidade, que se caracteriza por ser geralmente retrospectiva, por referir-se a um intervalo de tempo mais longo e, diferente ao texto escrito, por sintetizar um testemunho falado que jamais se repetirá exatamente do mesmo modo. Por isso, destacamos a importância das técnicas de gravação e transcrição das entrevistas realizadas como procedimento da História Oral. Tal caráter da evidência oral sugere o risco de obtermos numa entrevista, entrelaçada entre os relatos da memória, uma narrativa histórica ficcional, tal como encontrou Nunes na obra de Umberto Eco.

A prevenção contra esse risco é oferecida por Thompson, quando este sugere o cruzamento entre as diversas fontes históricas, que devem ser consultadas; e também por Haguette (1987), que aconselha a não pensar a fonte oral enquanto resultado da consulta a um indivíduo, mas da consulta a um grupo, há um lugar. Ao interrogar as fontes consultadas precisamos nos precaver para não julgarmos que a informação contida nelas, por se só, possibilita aprender o real e o essencial do fenômeno estudado. Quando na verdade, devemos examinar “as narrativas sobre”, “os discursos de”.

A narrativa, no sentido aplicado atualmente, se refere também às memórias, às autobiografias, às biografias, às histórias de vida, à historiografia. Assim, são narrativas as experiências reais que por não sido registradas de outra maneira, nos chegam através da oralidade, mais especificamente, através das vozes dos seus autores. Partido desta compreensão, podemos considerar como narrativas históricas, documentos e fontes de pesquisa, as narrativas de memória dos sujeitos que testemunharam a trajetória de uma determinada experiência ligada à Educação



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Escolar. Narrativas que foram obtidas mediante relatos de memórias, colhidos por meio da aplicação empírica dos recursos da história oral: a entrevista²⁸⁰ ou coleta de depoimento oral²⁸¹, a transcrição, a triangulação com outras fontes²⁸².

A memória coletiva alcançada por meio da história oral e o material recolhido nos “lugares de memória” que narram fatos relacionados ao objeto estudado, depois de analisados, comparados, interpretados, cruzados, poderão ser apresentados. O estudo deverá articular a instituição investigada às relações existentes, no período estudado, entre a educação local e nacional. O desafio é fazer isso sem dar à história um enredo ficcional, triunfalista, trágico ou nostálgico.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. **História oral: teoria e prática**. Florianópolis: UFSC, 1978.

280 Entrevistar exige habilidade frente aos estilos diferentes de entrevista que vão desde uma conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar. O bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade de métodos que dependem de qualidades (...) como: interesse, respeito pelos outros como pessoa e flexibilidade em relação a eles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1992, p. 254).

281 Os “depoimentos orais” constituem-se em falas livres, onde a intervenção do pesquisador é mínima. Este parte de uma introdução sobre o tema e traz consigo um roteiro com a função de orientação. Deferente da “entrevista aberta”, que o pesquisador direciona ou intervém como mais frequência no processo de rememoração. Sobre a importância dos depoimentos orais, ler “Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível””, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (2008).

282 As narrativas de memória, depois de gravadas e registradas por escrito, tornam-se documentos (THOMPSON, 1992).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, São Paulo, v.10, p.7-28, dez.1993.
- NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Ática. 2003.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade Social**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”**. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri (org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008. p.35-77.
- SAVIANI, Dermeval. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al.]. **Instituições escolares no Brasil - conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção memória da educação).
- THOPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. RJ: Paz e Terra, 1992.